

*PERSPECTIVAS  
ANTROPOLÓGICAS*  
**DA  
MULHER**  
**4**

ZAHAR EDITORES  
RIO DE JANEIRO

## PREFÁCIO

Dando início às atividades da Comissão de Antropologia Urbana da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), organizamos, em 1981, um debate sobre a violência contra a mulher. Esse seminário, realizado em São Paulo, foi uma excelente oportunidade para abrir a discussão acadêmica sobre esse tema. Os então recentes assassinatos de mulheres tinham aberto um espaço para a manifestação dos movimentos feministas, mas a atividade reflexiva, única capaz de qualificar as peculiaridades das várias formas de opressão, não tinha encontrado seu fórum.

Nesse seminário foram apresentados os trabalhos agora publicados e que dão conta tanto da necessidade de refletir sobre a violência, quanto da urgência da ação que desenvolvem os SOS. Iniciamos um diálogo que queríamos prolongar e que, neste momento, amplia seu público através deste livro. Esperamos que esta iniciativa leve o interesse por esse tema para além das fronteiras feministas.

Pode-se perguntar por que nos preocupamos só com as mulheres e não com as inúmeras vítimas da crescente violência urbana. É fácil

constatar que há mais espaço nos meios de comunicação de massa e mais pesquisas que tratam da violência em geral. É este um dos aspectos da vida contemporânea que mais têm chamado atenção. Por outro lado, os discursos sobre a violência falam sempre de atos insólitos e inesperados, cuja principal característica é sua aparente irracionalidade. Atualmente, todos nós, homens e mulheres, somos possíveis e prováveis vítimas de assaltos, roubos e agressões nas ruas. Todos temos medo porque o perigo vem de qualquer lado e a qualquer momento e vemos surgir, como produto desse medo, novas e complexas estratégias de defesa. Mesmo naquelas situações em que o controle deveria ser total podemos viver momentos perigosos. Tanto dentro de casa como passeando à luz do dia podemos ser vítimas desses atos ilegítimos e descabidos. A violência na cidade é percebida como sintoma de uma anormalidade que precisa ser corrigida.

Por essas razões, o discurso sobre a violência urbana (o da ciência ou o do bom-senso) sempre busca causas e remédios e se apóia em uma explicação estrutural. Nesse quadro, as análises que procuram qualificar as diferenças e mostrar a distância entre as várias faces que assume a violência precisam conquistar um espaço maior. Ao indagar por que a mulher é uma vítima preferencial da violência, dirigimos nosso esforço no sentido de compreender melhor cada aspecto e cada articulação entre os atos “normais” e os “anti-sociais”.

Quando pensamos em uma violência que atinge especificamente o sexo feminino, lembramo-nos daqueles crimes caracterizados como resultantes de um machismo exacerbado, tais como os estupros ou homicídios por ciúme ou perda da honra. Entretanto, gostaríamos de colocar em discussão a face oculta desse fenômeno: a violência não-vista porque garantida pelas institui-

ções sociais vigentes. Não se trata de momentos em que as regras são quebradas, em que os comportamentos são divergentes dos padrões aceitos e que por isso mesmo são inesperados, mas sim, daquelas situações cotidianas, repetitivas, onde a definição cultural do papel feminino coloca a mulher como alvo possível do sadismo ou da arbitrariedade do sexo oposto. Ao prescrever para a mulher um papel passivo e submisso, a sociedade cria espaço para o exercício da imposição. A socialização tradicional impõe às mulheres que abdicuem de certas profissões, de certos prazeres e que fiquem confinadas a certos ambientes. Isso não parece violento. É lento, gradual e além de tudo esperado, legítimo e tido como racional.

Qual o nosso interesse em trazer essa violência institucionalizada para a cena, quando a outra é tão mais forte e produz mais insegurança? Em primeiro lugar, é preciso mostrar que há uma ligação entre uma e outra e em seguida poderemos reconhecer a existência de uma violência discreta mesmo nas situações cotidianas, tidas como normais. Assistimos, atualmente, a transformações importantes no relacionamento entre os sexos e, por isso, questões familiares antes toleradas hoje parecem inaceitáveis. Limitações dos direitos das esposas ou dos filhos, pacificamente recebidas até pouco tempo, podem agora ser qualificadas como violentas e, algumas vezes, até mesmo como violações aos direitos humanos. Só se pode estranhar e denunciar os fatos cotidianos quando já existe um processo de mudança das regras do jogo. Não é mais o rompimento inesperado e "irracional" da norma, mas sim sistemas que estão sendo postos em causa deliberadamente.

O movimento feminista pode nomear os gracejos de rua ou o confinamento da mulher ao espaço doméstico como uma violência, justa-

mente porque já existe uma prática contrária. Ainda que sejam frequentes as formas tradicionais de relacionamento entre sexos, já se abriu espaço para a discordância, uma vez que o que era o reino privado de cada um passou a ser público e transformado em questão política.

Nessas circunstâncias, a análise das formas de articulação entre os vários aspectos que a discriminação assume torna-se uma tarefa importante porque revela o lado não-manifesto (reprimido) das situações cotidianas.

Há, certamente, algo de comum entre o ato de força inesperado e as imposições sutis que sofrem as mulheres. Em qualquer relação de imposição e desrespeito, os dominados são vítimas mais frequentes e por isso desenvolvem armas que são produtos de sua fraqueza. Tal como acontece com outras formas de dependência, a condição feminina é muitas vezes percebida como uma garantia confortável de proteção e respeito. As mulheres aprendem a manipular os mesmos padrões que as desqualificam para exigir privilégios que, em última análise, as mantêm desiguais. Apesar da glorificação das mães e esposas, elas nunca podem escapar à teia invisível que nossa cultura constrói para aprisioná-las em uma contínua competição com outras mulheres (filhas, amantes, prostitutas etc.). Estratégia de submissão, esse processo garante um poder efêmero que só se exerce na esfera privada, mas que perpetua a dependência pública. A consequência dessa contradição é que a condição feminina propicia a sensação de que as mulheres devem ser respeitadas e, na verdade, elas se tornam alvos fáceis para todos os abusos.

É, portanto, mais complicado do que parece esse campo da violência latente nas relações entre os sexos. Não progredimos muito se designamos como violência todos os comportamentos que atualmente parecem restritivos. O elo

importante entre, de um lado, a tradição, e, do outro, a inesperada eclosão da violência física, tem de ser encontrado na análise cuidadosa do modo como se qualifica a dependência feminina que proporciona condições favoráveis para o abuso masculino.

Convivem lado a lado situações onde o comportamento se pauta pelo ditado — “em mulher não se bate nem com uma flor” — e outras inúmeras, onde o espancamento está presente. Isso ocorre em todas as classes e a partir de motivos banais, o que coloca a questão: qual é a norma vigente? Como se podem julgar esses atos? São óbvias transgressões ou são normais por sua constância?

Parece prudente duvidar dos dois extremos. Não podem ser aberrações porque são generalizados, mas não podem ser justificados simplesmente porque existem. O mesmo código que regula o comportamento dos dois sexos, baseado na representação da mulher como frágil e do homem como seu guardião, deixa espaços pouco definidos onde o critério de ação é ambíguo. É, pois, partindo da ambigüidade que podemos compreender as situações em que agressor e vítima se defrontam como caricaturas de personagens definidos por regras que estão sendo reafirmadas mesmo quando são negadas.

Recuperar a discriminação contra a mulher, ainda quando ela não é visível, é um passo importante para explicar os momentos em que as estatísticas registram um aumento da violência urbana porque elas mostram também o crescimento da probabilidade de que as mulheres sejam suas vítimas.

Ainda nos lembramos de casos relativamente recentes em que mulheres foram mortas por seus companheiros e, durante os julgamentos, tiveram suas vidas devassadas para demonstrar que não correspondiam aos moldes esperados. Assim tam-

bém acontece com as mulheres estupradas, sob as quais pesa sempre a suspeita de que foram sedutoras, logo responsáveis pela violência sexual masculina.

Foi a ação feminista que tornou pública essa questão, mostrando que as mesmas fórmulas que valorizavam a condição feminina eram facilmente invertidas para justificar sua opressão. Em grande medida, a violência dos homens é aceita, ainda que não seja uma reação percebida como adequada. A sociedade prescreve um poder masculino discreto e contido e, quando ele se torna muito visível ou rude, é necessário rearticular explicações para dar conta dessa desordem. É nesse momento que as mulheres-vítimas são apresentadas como desencadeadoras da irracionalidade.

A arma do movimento feminista diante desses fatos tem sido a denúncia dos abusos somada à luta por uma relação igualitária entre os sexos. Há ainda um largo caminho a ser percorrido, mas já podemos afirmar que cumprimos a primeira etapa. Podemos ir além da preocupação com a denúncia para procurar as armadilhas que aprisionam os dois sexos. E um caminho para ver mais claro esse emaranhado de significações é olhar longamente para as situações cotidianas aparentemente não-conflitivas e localizar os espaços onde a violência está latente. Se o objetivo das mulheres é avançar no sentido de uma real igualdade entre os sexos, não basta divulgar os abusos que as vitimam. A estratégia que consiste em criar, entre os homens, o medo da punição pouco contribui para a transformação das relações privadas. Uma solidariedade maior entre homens e mulheres que pretendem mudar os padrões da vida privada pode ser criada a partir da crítica de costumes que desvenda os lados escondidos da vida cotidiana.

Refletir sobre essa forma específica de violência é um exercício importante para que pos-

samos encontrar, não as causas imediatas da violência em geral, mas hipóteses a respeito da relação íntima entre agressor e agredido, que se tornam peças de uma mesma engrenagem.

RUTH CARDOSO